ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#ANFIPNACIONAL

Linha Direta

#23 • Ano XXIX • Junho/2022

ANFIP apresenta projetos na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou no dia 7 de junho de audiência pública da Comissão de Legislação Participativa (CLP), da Câmara dos Deputados, realizada em formato híbrido, com a presença de diversas entidades representativas e movimentos organizados da sociedade civil. A sessão foi requerida e coordenada pelo deputado federal Pedro Uczai (PT/SC), presidente do colegiado.

Romero parabenizou a realização do debate e ressaltou que a ANFIP, há 72 anos, atua em defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal, dos servidores públicos e da sociedade. Neste sentido, a fim de contribuir com os trabalhos do Congresso Nacional, encaminhou para a Secretaria da CLP um conjunto de propostas a serem submetidas ao Poder Legislativo, por intermédio da referida Comissão. Além de criticar duramente o Projeto de Lei Complementar 17/22, do deputado federal Felipe Rigoni (União/ES), que fragiliza a administração tributária, Romero ressaltou que trouxe ao Parlamento "cinco propostas que dizem respeito não só à carreira representada pela ANFIP, mas de interesse da sociedade como um todo".

As propostas citadas pelo presidente da ANFIP são:

a) Projeto de Lei – Unificação da Gestão dos Programas Sociais: cria o Ministério do Bem-Estar Social ou Ministério da Seguridade Social, reunindo num único órgão a gestão de todos os programas de redistribuição de renda (previdência e assistência social, seguro-desemprego, Auxílio Brasil, Vale-gás, etc);

b) Projeto de Lei Complementar – Unidade Gestora do RPPS da União: cria o Instituto Nacional do Regime Próprio de Previdência Social da União (INPSU), autarquia responsável pela gestão do RPPS dos servidores federais, que o atual governo pretende repassar para o INSS;

c) Projeto de Lei – Isenção de IR sobre o gasto com medicamentos e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida do idoso – a partir dos 65 anos, limitada a 20% da renda bruta;

d) Projeto de Lei sobre reajuste da tabela do imposto de renda pessoas físicas – variação do IPCA entre abril/2015 e dezembro/2021, pauta de toda a sociedade;

e) Proposta de Emenda à Constituição – Redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores públicos inativos: a partir dos 65 anos, a razão de 20% ao ano, numa nova versão da anterior PEC 555/2006, reeditada a partir dos atuais parâmetros da Emenda Constitucional 103/19, que modificou a forma e as alíquotas de desconto de aposentados e pensionistas.

O objetivo da audiência pública, em formato de mesa redonda, foi ouvir representantes dos movimentos sociais e entidades representativas de trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, a fim de mapear as demandas por elas vocalizadas e poder, assim, construir uma agenda, estabelecer estratégias e possibilitar a atuação e interação com o Poder Legislativo, dando visibilidade às representações.

Pela ANFIP, também participou da reunião, como ouvinte, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

O debate completo está disponível no canal da Câmara dos Deputados, no YouTube. Confira no link: youtu.be/iR5FMbutEuI

ANFIP e Estaduais preparam atividades socioculturais
PÁGINA 2

Câmara debate nova proposta de Reforma Tributária
PÁGINA 3

Cartilha orienta eleitores e candidatos sobre eleições 2022
PÁGINA 4

ANFIP e representantes estaduais planejam atividades socioculturais

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, esteve reunido com os integrantes da Mesa Coordenadora e da Comissão Especial do Conselho de Representantes, em 6 de junho, para debater detalhes do Projeto Cultural e Social que está sendo desenvolvido pela Entidade.

Romero explicou que o objetivo é "dar mais retorno aos sócios da ANFIP" e desenvolver, em parceria com os representantes, atividades que integrem o quadro social de todas as regiões do país e oferecer modalidades que contemplem prioritariamente os associados da ANFIP nos estados. Para ele, também é fundamental que haja o devido suporte no retorno à rotina presencial, sem descuidar das medidas de prevenção à Covid-19 e outras doenças.

As propostas ainda estão em discussão, sob a coordenação do presidente da ANFIP-AM, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, e a contribuição dos presidentes Adilson da Silva Bastos, da ANFIP-RJ; e Luiz Carlos Aguiar da Silva, da Agafisp (RS). O representante da ANFIP no estado de Mato Grosso,

Benedito Cerqueira Seba, e a colaboradora Zuleide Miranda, da Secretaria da ANFIP, também estiveram presentes.

Já pela Mesa do Conselho de Representantes, participaram Carlos José de Castro (ANFIP-GO), coordenador; Genésio Denardi (ANFIP-SP), vice-coordenador; e Isabel Nascimento Elias Pereira (ANFIP-MS), secretária adjunta.

ANFIP e entidades do fisco sugerem ao deputado Felipe Rigoni mudanças no PLP 17/22

Os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva) e Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários), juntamente com lideranças do fisco, participaram de reunião, em 7 de junho, com o deputado Felipe Rigoni (União/ES) para apresentar os pontos críticos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022. O PLP estabelece normas gerais sobre direitos, garantias e deveres do contribuinte e limita, drasticamente, a atuação dos fiscais da administração tributária.

Os dirigentes expuseram as preocupações da categoria e as alterações necessárias para amenizar os impactos negativos da matéria. O projeto, ao limitar a atuação do fisco, ameaça a capacidade regulatória e os poderes fiscalizatórios, além de conceder ao contribuinte a proteção necessária para o cometimento de abusos contra o Estado, incentivando a sonegação e a inadimplência. "Isso não é proteger o contribuinte e sim facilitar que ele não pague. Isso não é justo, pois as políticas públicas precisam de dinheiro, o governo vive de tributos", alertou Gilberto Pereira.

Felipe Rigoni agradeceu a colaboração e se comprometeu com a análise e ajuste dos pontos negativos da proposta. O parlamentar também informou que já foi protocolado requerimento para a realização de audiência pública, ainda neste mês, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, com a participação de entidades do fisco para aprofundar o debate e aperfeiçoamento do texto.

Além da ANFIP, participaram representantes da Febrafite, Febrafisco, Sindifisco Nacional, Sindireceita, Unafisco e Sinafite.

Expediente

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#ANFIPNACIONAL

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

Câmara inicia debate sobre outra proposta de Reforma Tributária

A ANFIP acompanhou a audiência pública da Comissão Especial responsável por analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, que sugere alterações no sistema tributário nacional. A sessão foi realizada no dia 7 de junho, em formato híbrido, na Câmara dos Deputados, e contou com a participação de Antonio Arantes Lício, economista e consultor; Luiz Gustavo Bichara, procurador tributário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Schubert de Farias Machado, advogado e diretor do Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET). Os convidados analisaram o equilíbrio do pacto federativo e exploraram o potencial de arrecadação da PEC, ressaltando a importância da participação da Receita Federal nas discussões da matéria.

Confira as exposições aqui.

Sobre a PEC

De autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP), a Proposta sugere a extinção de praticamente todos os tributos atuais, como PIS/Pasep e Cofins (federais), ICMS e IPVA (estaduais), ISS e IPTU (municipais) e IPI. No lugar, seriam instituídas três bases de incidência: sobre renda, consumo e propriedade, que poderiam ser cobradas indistintamente pelas três esferas administrativas. Da mesma forma, impostos sobre exportações, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, salário-educação e contribuições de intervenção no domínio econômico (Cides) também deixariam de ser cobrados; além das contribuições ao Sistema S, como Senai e Senac, que passariam a ter natureza voluntária.

Entenda esses e outros pontos da Proposta aqui.

Ressalvas

Segundo o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Gilberto Pereira, que acompanhou a audiência, a PEC prevê a simplificação de tributos, mas não indica a situação da arrecadação após eliminar os impostos. "Não se sabe de que forma as contas vão fechar", disse.

Gilberto Pereira apontou ainda que a perpetuação da carga tributária sobre o consumo, sugerida pela PEC, vai de encontro ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela ANFIP e outras entidades, intitulado "Reforma Tributária Necessária". E alertou: "a tributação sobre o consumo é o que mais penaliza os mais pobres. Neste caminho, a PEC vai na direção inversa ao eliminar ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) e ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis)".

Outra preocupação do vice-presidente é a delegação de competências aos municípios; de arrecadar, fiscalizar e cobrar tributos sobre a propriedade, quando a maioria deles não possui estrutura adequada para fazê-lo. "Para isso, teria que haver um grande investimento nos fatores de produção destes entes federativos, o que não tem havido nem sequer pela União, que fez um corte de 51% no orçamento da Receita Federal", lamentou.

RFB no debate

Para a relatora do texto, deputada Bia Kicis (PL/DF), é imprescindível que a matéria seja discutida em conjunto com a Receita Federal do Brasil. "A RFB terá que ser ouvida, terá que ser partícipe desta proposta", frisou. A parlamentar aproveitou para confirmar a participação do secretário especial do órgão, Julio Cesar Vieira Gomes, que, assim como a ANFIP, se colocou à disposição para contribuir com o ciclo de debates.

Diante disso, foi apresentado o Requerimento nº 15/2022, que solicita a realização de audiência pública com a participação da ANFIP, representada pelo vice-presidente Gilberto Pereira. O documento, dos deputados André Figueiredo (PDT/CE) e Professor Israel Batista (PSB/DF), apontou a necessidade de aprofundamento do debate e sugeriu a inclusão da Entidade a fim de oferecer novos pontos de vista acerca dos impactos no sistema tributário do país.

Outras propostas

Além da PEC 7/2020, há outras duas propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, que está pronta para pauta do Plenário da Câmara, e a PEC 110/2019, que segue na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Clique nos links para saber mais.

Nova portaria do MTP disciplina o funcionamento dos RPPS

O Ministério do Trabalho e Previdência publicou no Diário Oficial da União, edição do dia 6 de junho, a Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022, com os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A portaria visa cumprir a Lei nº 9.717, de 1998, que dispõe sobre as regras gerais dos RPPS, e adequar os dispositivos às mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que promoveu a reforma do sistema previdenciário do país e estabeleceu regras para a aposentadoria dos servidores.

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Gilberto Pereira, ao avaliar a Portaria, demonstra preocupação com as normas publicadas. "A grande ameaça aos aposentados e pensionistas é o poder dado aos entes federativos de aumentarem a contribuição dos segurados quando houver deficit atuarial, num cenário em que a maioria dos RPPS se encontram nesta situação, devido à má aplicação dos recursos financeiros. Alguns casos descobertos pela SPREV e que foram alvos de investigações da Policia Federal", disse.

Clique no link para acessar a **Portaria nº 1.467/2022:** bit.ly/3GUpOzD

Entidades preparam mais dois encontros do Diálogos com os Presidenciáveis

Os representantes das Entidades que integram o Projeto Presidenciáveis realizaram nova reunião, no dia 7 de junho, em continuidade à organização dos eventos presenciais que acontecerão a partir da segunda quinzena de junho, para apresentação da proposta "A Reforma Tributária necessária para o desenvolvimento do Brasil" aos principais candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro de 2022.

O documento com sugestões de mudanças no sistema tributário brasileiro é resultado de trabalho conjunto da ANFIP, Fundação ANFIP, Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) e Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Na reunião, os dirigentes discutiram os detalhes do local a ser realizado o primeiro encontro, marcado para o dia 27 de junho, em São Paulo, com o assessor econômico do Partido dos Trabalhadores (PT) e professor de Economia da Unicamp, Guilherme Melo. As próximas equipes econômicas a serem agendadas para apresentação da proposta serão as dos pré-candidatos Simone Tebet (MDB/MS) e Ciro Gomes (PDT/CE).

A série de eventos, intitulada Diálogos com os Presidenciáveis 2022, será realizada nos meses de junho, julho e agosto, com todas as equipes econômicas e, posteriormente, com os próprios candidatos.

Pela ANFIP, participaram da reunião os vice-presidentes Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais), bem como a diretora de Estudos, Planejamento e Projetos da Fundação ANFIP, Nilza Garutti. O grupo conta ainda com participação e coordenação técnica do economista e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Eduardo Fagnani.

Diap e ANFIP orientam eleitores e candidatos para as eleições de 2022

A cartilha "Eleições Gerais 2022: orientação a eleitores e candidatos" é a nova publicação lançada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A ANFIP, junto a diversas entidades associativas e movimentos sociais, é coeditora do estudo, que faz parte da série Educação Política, que visa incentivar a participação política, o exercício da cidadania, a valorização do voto consciente, da transparência, da ética, das práticas republicanas e do próprio processo democrático.

A publicação, escrita pelo mestre em Políticas Públicas e Governo, analista e consultor político Antônio Augusto de Queiroz, traz orientações aos eleitores sobre o voto consciente e presta informações sobre financiamento de campanha, prestação de contas e legislação referente ao pleito eleitoral.

Baixe a cartilha completa no link: bit.ly/3O0zBi5

ANFIP acompanha congresso sobre Seguridade e Previdência Social

A ANFIP participou virtualmente, nos dias 6 e 7 de junho, do I Congresso Nacional de Seguridade Social, da Associação Brasileira de Advogados (ABA), que reúne especialistas da área e juristas de todo o país.

Durante o evento, o professor e juiz federal João Batista Lazzari fez a conferência "Direito Previdenciário: aspectos inovadores" e recebeu homenagem da entidade promotora.

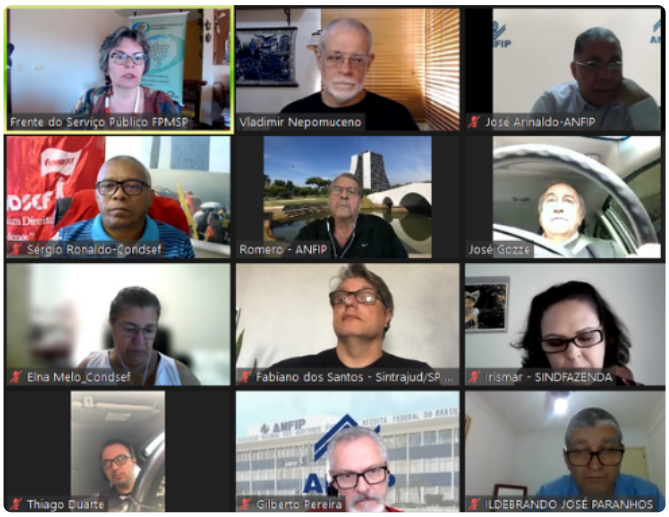
O evento foi transmitido ao vivo e pode ser assistido pelo link bit.ly/3mkN20w.

Frente do Serviço Público discute prioridades de atuação para o 2º semestre

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público realizou reunião de trabalho, no dia 6 de junho, a fim de discutir pautas prioritárias dos servidores para o segundo semestre do ano. Pela ANFIP, participaram o presidente Vilson Antonio Romero e os vice-presidentes Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), que conduziu o encontro.

Ao abordar as eleições de 2022, Vilson Romero destacou a necessidade de trabalhar para expandir a bancada dos trabalhadores do setor público no Congresso Nacional. Segundo ele, é necessário reunir as bases e coletar, em cada estado, quem são os representantes dos servidores para apoiá-los. "Nós temos que começar a disseminar nominatas, defesas e, se possível, também auxiliar esses pré-candidatos com a coleta de recursos, porque os partidos mantêm o fundo eleitoral partidário no domínio das lideranças partidárias e daqueles detentores de mandato, que sempre vão ter prioridade", disse.

Acerca da Instrução Normativa nº 36/2022, do Ministério da Economia, que estabelece o retorno dos servidores ao trabalho presencial, Romero sugeriu que a Frente realize manifestação pública contra a medida, pois ela também prevê a volta dos servidores enquadrados em grupos de risco para a Covid-19. Vilson Romero destacou o perigo do aumento das contaminações em diversos estados e a dificuldade de manter



o distanciamento em órgãos públicos com estruturas precárias.

Já o consultor parlamentar da Frente, Vladimir Nepomuceno, informou que entre pautas que devem ser monitoradas pelos servidores durante os próximos meses estão a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 e a PEC 32/20 (Reforma Administrativa), esta última deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados após o período eleitoral. As entidades seguem mobilizadas em busca da recomposição salarial.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal em Corumbá faz apreensões na fronteira em três dias consecutivos

No dia 5 junho, por volta das 21h, em fiscalização de rotina no Posto Esdras, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, servidores da Receita Federal, com o apoio de policiais militares de plantão, apreenderam substância similar à cocaína que totalizaram 5,5 kg.

A droga foi encontrada com uma viajante boliviana de 27 anos, ao tentar o ingresso no Brasil em um táxi do seu país, e após conferência física minuciosa em suas bagagens. À fiscalização, ela não forneceu informações sobre qual seria o destino e foi encaminhada à Polícia Federal em Corumbá (MS).

É a terceira apreensão em dias consecutivos no Posto Esdras, todas com características semelhantes: viajante do sexo feminino ingressando no país em táxi boliviano e transportando droga em sua bagagem:

– Na noite de sábado (4/6), uma boliviana de 46 anos tentou ingressar no Brasil com quase 6kg de substância análoga à cocaína.

– Na noite anterior (3/6), uma brasileira de 20 anos também tentou entrar no país em um táxi boliviano, sendo apreendida com ela 8 kg de substância similar à cocaína. À fiscalização, a viajante afirmou que levaria a droga para Campo Grande (MS)

e que receberia R$ 1 mil por volume transportado.

As três apreensões resultaram em cerca de 20 kg de cocaína e três pessoas foram presas por tráfico internacional de drogas.

Apesar da ampla escassez de servidores e os muitos desafios enfrentados, a Receita Federal em Corumbá tem conseguido cumprir seu dever de fiscalização de bagagem de viajantes e de controle de comércio exterior.

Fonte: Receita Federal do Brasil

ESTADUAL

ANFIP-AM recebe visita do superintendente da 2ª Região Fiscal da RFB

A ANFIP-AM, Estadual da ANFIP no Amazonas, recebeu em sua sede administrativa o superintendente da 2ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, Severino Cavalcante de Souza; acompanhado do delegado da Receita Federal no Amazonas, Eduardo Badaró, e do delegado adjunto, Ricardo Penalber.

A visita ocorreu no dia 9 de junho e contou com a presença do presidente da Estadual, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, que aproveitou a oportunidade para tratar de demandas e pautas de interesse dos associados, da categoria e de toda a sociedade.

Também prestigiaram o encontro os Auditores Fiscais Cleide Novo, José Raimundo Pinto, João Ivo Saraiva, Camilo Balbi, Glayton Silva, Lindemberg Figueiredo e Luís Carlos Pinto.

Agafisp reúne dezenas de associados na comemoração dos 60 anos

Num ambiente de requinte, alegria e descontração, a Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Agafisp) realizou a comemoração dos 60 anos de fundação da entidade. O evento aconteceu no dia 3 de junho, na Associação Leopoldina Juvenil, em Porto Alegre (RS), sob a liderança do presidente da Estadual, Luiz Carlos Santos da Silva.

Associados, familiares, amigos e muitos daqueles que ajudaram a construir essa grandiosa Associação estiveram presentes na homenagem. O ex-presidente da ANFIP, Marville Taffarel, e Luiz Carlos Correa Braga, membro do Conselho Fiscal, também prestigiaram o evento.

"O Conselho Fiscal parabeniza todos que, de alguma forma, contribuíram na consolidação dessa forte e aguerrida Entidade", afirmou Braga.

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, durante reunião virtual com a diretoria e associados da Agafisp, no mesmo dia da comemoração, aproveitou para cumprimentar a Entidade pela importante data. "A Agafisp está na minha trajetória e vai continuar sempre. Isto está no sangue, no coração e no carinho que nós temos por essa casa que é nossa e que temos que preservar junto com todos vocês. É um prazer neste dia tão importante, em que comemoramos

os 60 anos da Agafisp, estar com todos vocês", ressaltou Romero.

A ANFIP deixa registrada sua homenagem à essa Entidade sexagenária e segue à disposição da Estadual para trabalhos conjuntos e na busca por uma gestão cada vez mais integrada e participativa em prol dos associados.

ANFIP presta homenagem aos 55 anos da Estadual de SP

A Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo, ANFIP-SP, completou 55 anos de existência no dia 6 de junho.

A ANFIP nacional parabeniza todos os Auditores Fiscais e associados que fazem parte da história dessa grandiosa e aguerrida entidade, que há mais de cinco décadas é referência na luta em defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, da Previdência Social e de um país justo e solidário.

ANFIP-BA empossa nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

Confira a nova composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação Estadual da ANFIP na Bahia (ANFIP-BA), que vai conduzir a entidade no período de 1º de junho de 2022 a 31 de maio de 2024.

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: Oscar de Oliveira Filho
Diretor-Executivo: Roswílcio José Góis
Diretora de Administração: Maria Bernadete Sampaio Bello
Diretora Financeira: Creusa Dantas Gama
Diretora Jurídica: Maria Dorimar de Almeida Souza

Suplentes

Sudário de Aguiar Cunha
Antonio Carlos Souto

Conselho Fiscal

Coordenadora: Silvia Silva da Cruz
Relatora: Maria do Socorro de Carvalho
Secretária: Eldene Maria B. Rangel

Suplentes

Maria Miralda Andrade Dias
Litza Barroso Pedreira Lapa

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Clube de Vantagens oferece descontos exclusivos no Mês dos Namorados

O Dia dos Namorados está chegando e você ainda não sabe como presentear o seu amor? Problema resolvido! No ANFIP Tem+Vantagens você encontra diversas opções de presentes como vinhos, joias e artigos esportivos. Estão disponíveis descontos imperdíveis de até 30% em lojas parceiras.

Confira as condições no site www.anfip.temvantagens.com.br e surpreenda quem você ama!

Pesquisa de Satisfação 2022: um espaço personalizado para o compartilhamento de impressões, necessidades e expectativas sobre os serviços prestados pela Associação.

Responda a pesquisa **até o dia 15 de julho** e concorra ao **sorteio** de uma **Smart TV 32"**, um **tablet** e um **smartphone**, todos da Samsung.

Acesse o formulário pelo link pesquisa.anfip.org.br e participe!

FALE COM A ANFIP

GERAL
(61) 3251-8100
(61) 98366-5999 (WhatsApp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

SECRETARIA ANFIP
(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800-932-0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800.606.7272
Geap: 0800.728.83009

COMUNICAÇÃO SOCIAL
(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA ANFIP
E-mail: presidencia@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES
3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

SETOR JURÍDICO
3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

SETOR DE CADASTRO
(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br